



PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO ANUAL - 2023

É função precípua do Poder Judiciário a defesa dos direitos e interesses dos cidadãos, assegurando a justiça, a equidade e a igualdade social, razão pela qual a promoção de oportunidades e tratamento igualitários para a pessoa com deficiência tem sido um compromisso formalizado por atos normativos diversos, contendo diretrizes que estão sendo materializadas através de programas, de políticas, de projetos e de ações diversas em desenvolvimento nos tribunais brasileiros.

O Programa de Acessibilidade deste Tribunal foi instituído pela [Resolução TRE/RN nº4/2013](#), estabelecendo como política institucional a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência, seguindo a esteira de contribuição que os órgãos públicos vêm dando a essa temática, já inserida no âmbito da sociedade como uma das pautas primordiais de debates.

Em 2023, o tema Acessibilidade e Inclusão ganhou espaço na pauta do Tribunal, com os compromissos firmados por meio de pactos nacionais e acordos de cooperação técnica, além das ações, projetos e eventos abordando temáticas associadas ao assunto.

Nesta oportunidade, o órgão encaminha o presente Relatório das Ações de Acessibilidade e Inclusão promovidas por este Regional no ano de 2023, em atendimento às determinações contidas no art. 11, da Resolução TSE nº23.381/2012.

Adiante, segue o que foi realizado pelo TRE-RN no ano de referência. Com essas contribuições, a Justiça Eleitoral vem mantendo o seu compromisso permanente com a acessibilidade e a inclusão.

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CACESS.
Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI.

1. CAPACITAÇÕES E PALESTRAS REALIZADAS EM 2023

Com o intuito de transpor as barreiras comunicacionais e assegurar a acessibilidade e inclusão dos eleitores com deficiência, o TRE-RN promove anualmente capacitação interna, voltada para o corpo funcional, especialmente, os servidores que atuam de forma direta com o atendimento público externo.

1.1 Acessibilidade digital e tecnológica

O curso Acessibilidade Digital e Tecnológica, forneceu diretrizes sobre como transformar meios digitais e tecnológicos, capacitando os participantes a compreender a importância de adaptações digitais e tecnológicas visando a inclusão social. Foi disponibilizado na modalidade EAD síncrono e teve a carga horária de 12h.

Foram capacitados dezenove servidores das mais variadas áreas do Tribunal.

1.2 Curso básico de acessibilidade e inclusão - Híbrido

Curso promovido pela Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN visando a formação para magistrados e servidores do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte na área de acessibilidade e inclusão. A capacitação aconteceu na modalidade semipresencial (sendo 16 horas presenciais + 4 horas em ambiente virtual de aprendizagem) e capacitou três servidores do TRE-RN.

1.3 Palestra sobre capacitismo

Para inaugurar o Acordo de Cooperação Técnica entre o TRE-RN e o TRE-AP foi promovida, no dia 26/10/2023, palestra sobre Capacitismo. A palestra foi ministrada pela professora Talyta Pontes. Participaram da palestra 15 servidores.

[Palestra online “CAPACITISMO” com a palestrante: professora Talyta Pontes 26/10/2023](#)

1.4 Live “Acessibilidade: Equidade no Trabalho, Diversidade e Inclusão”

Foi ofertada no dia 13 de dezembro de 2023, em parceria com o TRE-AP e o TRE-DF, palestra virtual com o tema “Equidade no trabalho, diversidade e inclusão”, transmitida ao vivo, de forma simultânea, pelos canais no YouTube dos tribunais parceiros. A palestra foi ministrada pela professora Talyta Pontes, psicóloga, pedagoga, especialista em psicologia clínica infantil e institucional, além de mestre em Estudos de Fronteiras pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Participaram da palestra 151 servidores.

[Palestra de acessibilidade: Equidade no Trabalho; diversidade e inclusão](#)

1.5 Participação no II Seminário de Questões Raciais no Poder Judiciário

No dia 04/09, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte esteve representado no II Seminário de Questões Raciais no Poder Judiciário, pela servidora Juliana Aguiar, do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). O evento foi realizado na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, que contou também com a participação de representantes de órgãos de diversas esferas do judiciário.



Descrição da imagem: Foto tirada no auditório do CNJ com 55 gestores do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, representantes dos Tribunais.

1.6 Participação no II encontro de acessibilidade e inclusão da Justiça Eleitoral/TSE.

No dia 30/11, foi realizado o 2º Encontro Nacional de Acessibilidade da Justiça Eleitoral. Representantes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o Brasil estiveram reunidos, na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde participaram de uma intensa programação referente à acessibilidade. O TRE-RN esteve representado pela presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CACESS.



Descrição da imagem: Foto com 31 representantes da área de acessibilidade e inclusão dos Tribunais Eleitorais.

2. PROJETOS REALIZADOS EM 2023:

2.1 Projeto Dicas de Acessibilidade.

Continuidade do projeto Dicas de Acessibilidade com a criação e publicação de sete vídeos ao longo do ano de 2023. O projeto envolve a produção e divulgação de vídeos contendo dicas de acessibilidade (o que pode e o que não deve ser feito) sobre determinado tipo de deficiência.

O principal objetivo do projeto é orientar as pessoas e quebrar tabus sobre acessibilidade.

Seguem os links dos vídeos produzidos em 2023:

[Dicas de Acessibilidade: Síndrome de Down \(youtube.com\)](#)

[Dicas de Acessibilidade: Autismo \(youtube.com\)](#)

[Dicas de Acessibilidade: Glaucoma \(youtube.com\)](#)

[Dicas de Acessibilidade: Surdocegueira \(youtube.com\)](#)

[Dicas de Acessibilidade: Lei Brasileira de Inclusão \(youtube.com\)](#)

[Dicas de Acessibilidade: Superdotação - YouTube](#)

[Dicas de Acessibilidade: Luta das Pessoas com Deficiência \(youtube.com\)](#)

2.2 Criação de Cartilha – LIBRAS.

A Justiça Eleitoral, tendo em vista a necessidade da inclusão da comunidade surda, desenvolveu a cartilha “Iniciação em LIBRAS para atendimento ao eleitor” como um instrumento de capacitação e pesquisa da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), uma das línguas oficiais do país, para que aglutine os sujeitos de forma democrática na experiência comunicativa eleitoral.

[Cartilha de Iniciação em LIBRAS para atendimento ao eleitor.](#)

2.3 Criação de folheto explicativo sobre os tipos de gêneros.

Inicialmente, o folheto foi criado para auxiliar, principalmente, os servidores que trabalham no atendimento ao eleitor com o sistema ELO, dirimindo dúvidas sobre os tipos de gêneros constantes naquele sistema. No entanto, verificou-se que vários servidores das áreas que não atendem ao público também tinham muitas dúvidas em relação ao tema e, a partir dessa demanda, foi adaptada uma versão para todos os servidores e afixadas nos locais de maior circulação do Tribunal.

[Folheto Diversidade de gêneros](#)

2.4 Coluna no periódico interno Giro.

A Acessibilidade e Inclusão ganhou coluna fixa no periódico interno do TRE-RN, conhecido como GIRO TRE-RN. Periodicamente são postadas matérias sobre acessibilidade e inclusão para os servidores do Tribunal.

[Giro de notícias 4ed.](#) – O significado e a importância do “Cordão de Girassol”.

[Giro de notícias 5ed.](#) – Cores e formas para todos os passos: Bengalas diversas, uma caminhada de inclusão e independência.

2.5 Projeto Coordenador de Acessibilidade Voluntário – eleições 2024.

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, juntamente com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, começou o planejamento para expansão do projeto coordenador de acessibilidade voluntário para as eleições de 2024.

Foi criada comissão para expansão do projeto para os grandes polos e zonas eleitorais que quiserem participar. Além disso, o novo projeto apresentou diversas melhorias como o estudo de viabilidade da aquisição e distribuição de guias de assinatura para os locais de votação com pessoas com deficiência visual e/ou baixa visão

2.6 Projeto Semana Cidadã

Durante os dias 25 e 29 de setembro, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) promoveu a [Semana Cidadã da Justiça Eleitoral](#) com ações de sensibilização e realização de serviços eleitorais com foco na autodeclaração de pessoas com deficiência, de povos indígenas e de povos pertencentes às comunidades quilombolas, além da inclusão de nome social. O objetivo da JE foi contemplar minorias e levar as atividades cartorárias a quem fica distante ou tem dificuldade de ir aos cartórios eleitorais.

O projeto contou com a parceria do Instituto de Educação e Reabilitação dos Cegos (IERC), local onde foi montado a estrutura de um cartório para disponibilizar serviços como alistamento, revisão, transferência do título eleitoral e autodeclaração de deficiência visual e/ou auditiva para eleitores com domicílio em Natal. Ademais, foram disponibilizadas duas urnas para treinamento desses eleitores.

Além disso, o projeto envolveu zonas eleitorais do interior, onde foram levados para as comunidades quilombolas e indígenas serviços eleitorais como alistamento, transferência e revisão do título, além da inclusão da autodeclaração quilombola, e a coleta biométrica.

Por fim, o último dia da ação foi voltado para o público LGBTQIAPN+ que desejasse a inclusão do Nome Social em seu Título de Eleitor.



Descrição da imagem: Foto com vários recortes de momentos do atendimento da comunidade indígena.



Descrição da imagem: Foto com vários recortes de momentos do atendimento dos eleitores.

2.7 Renovação do contrato de Intérpretes de Libras

Em 2023 houve a renovação do contrato da empresa que presta serviço de tradução/interpretação em Libras nas sessões plenárias do TRE-RN.

3. ASSINATURA DOS PACTOS E ACORDO DE COOPERAÇÃO

3.1 Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) aderiu ao [Termo de Cooperação Técnica nº 053/2022](#) referente ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, com o preenchimento e assinatura do referido Termo no dia 15 de junho de 2023. Foi publicado o extrato de adesão no Diário Oficial da União do dia 20 de junho de 2023.

3.2 Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) aderiu ao [Termo de Cooperação Técnica nº 019/2022](#) referente ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pelos Direitos Humanos, com o preenchimento e assinatura do referido Termo no dia 15 de junho de 2023. Foi publicado o extrato de adesão no Diário Oficial da União do dia 29 de junho de 2023.

3.3 Acordo de Cooperação com o TRE-AP e TRE-DF

Em 13 de dezembro, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN), desembargador Cornélio Alves, e os presidentes dos TREs do Amapá e do Distrito Federal, desembargadores João Lages e Roberval Belinati, respectivamente, participaram de uma cerimônia virtual para selar a união de esforços entre os Regionais. Os três Tribunais assinaram um [termo de cooperação técnica](#), cujo propósito consiste em garantir o compartilhamento de ações relacionadas à acessibilidade e inclusão, a fim de enriquecer a pauta de acessibilidade entre os tribunais.



Descrição da imagem: banner com fundo branco e logo das eleições 2024, #voz da democracia, contendo a foto dos presidentes do TRE do Amapá, do Distrito Federal e do Rio Grande do Norte.

4. AÇÕES REALIZADAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

4.1 Laboratório de Inovações e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS)

O LIODS do TRE-RN esteve no Instituto de Educação e Reabilitação dos Cegos para realizar a segunda oficina de empatia do projeto “Portal Acessível de Serviços ao Eleitor com Deficiência”, para ouvir, entender e registrar a percepção das pessoas com deficiência visual em relação dos serviços eleitorais prestados pelo órgão antes e durante a votação.

Na oportunidade, os participantes compartilharam situações vivenciadas e apontaram necessidades de melhoria para aumentar a inclusão e a acessibilidade nos procedimentos do cadastro eleitoral, emissão de certidões, atualização dos dados cadastrais, uso de aplicativos, atendimento ao eleitor com deficiência, entre outros serviços prestados, tanto na capital quanto em outros municípios. A oficina foi bastante participativa, com o livre debate dos temas e questionados apresentados pelos presentes. Todas as sugestões de melhorias no atendimento da Justiça Eleitoral pontuadas, foram registradas para definição do escopo do projeto.



Descrição da imagem: Foto com 17 pessoas, servidores do TRE-RN e Alunos do Instituto dos Cegos do RN em uma sala decorada com bandeirinhas de são joão no teto.

3.4 Visita Técnica à Secretaria de Educação à Distância - SEDIS/UFRN

Um dos primeiros atos da parceria entre o TRE-RN e o TRE-AP foi uma visita técnica, no dia 07/10, à Secretaria de Educação a Distância – SEDIS da Universidade Federal do RN - UFRN.

Os servidores foram conhecer o trabalho desenvolvido pelo Setor de Acessibilidade da SEDIS/UFRN, que atua na produção e adaptação de materiais didáticos para estudantes com necessidades educacionais específicas, produzindo materiais audiovisuais com janela de Libras, legendas para surdos e ensurdecidos e audiodescrição para cegos e pessoas com baixa visão, a fim de buscar uma cooperação técnica para o compartilhamento de expertises nessa área.



Descrição da imagem: Foto com 4 pessoas, sendo uma mulher do TRE-RN, um homem do TRE-AP e dois homens da SEDIS, posando em frente à entrada da SEDIS/UFRN.

4.2 Adequação do Manual de Atos Administrativos com linguagem acessível.

A integrante do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão integrou a comissão de atualização do Manual de Atos Administrativos do TRE-RN para inserir no manual a acessibilidade e a linguagem acessível.

5. INSTITUIÇÃO DE COMISSÕES VOLTADAS PARA PARTICIPAÇÃO DAS MINORIAS

5.1 Comissão Multissetorial para a promoção de políticas públicas de atenção a pessoas em situação de rua.

A Comissão foi [instituída](#) em 15 de março, com o propósito de se avançar com ações de desenvolvimento da política de atenção à pessoa em situação de rua.

Através da comissão, o TRE-RN participou de três eventos de cidadania:

5.1.1 Evento promovido em conjunto com o Ministério Público:

A ação de cidadania ocorreu dia 07/12. A equipe do TRE-RN, coordenada pela Comissão de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, prestaram serviços como alistamento eleitoral, quitação de multas, transferência de local de votação, entre outros. Ao todo, foram realizados 58 atendimentos.

5.1.2 Mutirão Pop Rua Jud – Ação com a Justiça Federal

O mutirão Pop Rua Jud aconteceu no dia 21/07, e contou com grande participação da população em situação de vulnerabilidade social, que vivem em situação de rua ou são beneficiários do aluguel social. A ação social foi executada pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte (JFRN), em parceria com 15 instituições públicas, inclusive o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RN). Foram feitos 76 atendimentos .

A ação contou ainda com a parceria do Movimento População de Rua, que organizou caravanas para que a população contemplada com o aluguel social e que mora em áreas mais afastadas do local da ação, pudesse se beneficiar.

5.1.3. Pop Rua Jud Caicó

O evento aconteceu no dia 28/11/2023 em Caicó e atendeu 49 pessoas em situação de rua de toda região do Seridó, contando com a colaboração de 20 instituições públicas e privadas. O TRE-RN, mais uma vez esteve presente prestando serviços como alistamento eleitoral, quitação de multas, transferência de local de votação, entre outros.

5.2 Atendimento eleitoral itinerante aos quilombolas do RN

5.2.1 Quilombo Aroeira

A comunidade quilombola Aroeira, localizada no município de Pedro Avelino, recebeu a equipe do cartório da 17ª Zona Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) no dia 26 de outubro, para atendimento eleitoral. A ação aconteceu em parceria com a Defensoria Pública do Estado (DPE/RN), que ofertou atendimentos jurídicos na comunidade.

A Justiça Eleitoral prestou serviços como alistamento eleitoral, revisão, transferência do título e a inclusão da autodeclaração de pertencimento à comunidade quilombola.

5.3. Quilombola Sítio Comum

Os servidores da 43ª Zona Eleitoral estiveram em Coronel João Pessoa realizando duas ações de atendimento itinerante no município. Na primeira, moradores da comunidade quilombola de Sítio Comum tiveram acesso aos serviços eleitorais mais perto de onde moram, durante os dias 8 e 10 de novembro. Já a segunda ação, ocorreu na sede do cartório eleitoral da cidade, entre os dias 22 e 24. Ao todo, 320 pessoas foram assistidas com serviços como alistamento, transferência, revisão dos dados cadastrados, cadastramento biométrico e também a inserção da autodeclaração de quilombola.

Entre os dias 8 e 10 de novembro, 165 moradores do quilombo foram atendidos. Sendo que destes, 159 realizaram a revisão dos dados cadastrais, duas fizeram o alistamento eleitoral e quatro solicitaram somente a transferência de domicílio eleitoral. Além disso, 139 adicionaram a auto declaração de quilombola



Descrição da imagem: Foto com dois recortes de momentos do atendimento dos eleitores.



Descrição da imagem: Foto com vários recortes de momentos do atendimento dos eleitores.



Descrição da imagem: Foto do atendimento dos eleitores em situação de rua. Na foto tem uma mesa grande com várias pessoas sentadas recebendo atendimento, enquanto outras estão na fila aguardando a sua vez.



Descrição da imagem: Foto do atendimento dos eleitores. Sala cheia com eleitores sentados aguardando a vez no atendimento.

6. Instituição da política de Linguagem simples

Foi aprovada em 20/10 a [Resolução nº 113/2023](#), que institui a Política de Linguagem Simples. Além de facilitar a comunicação entre a instituição e a sociedade, a Política intenciona a promoção da transparência, acesso à informação e o uso de linguagem inclusiva.

7. Indicadores da Resolução-CNJ nº 401/2021

4.1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Quantidade total
4.1.1 MagP(PcD) - Quantidade de magistrados(as) com deficiência.	1
4.1.2 - TPEft/TPI (PcD) - Quantidade de servidores(as) com deficiência	28
1.3 TPSV (PcD) - Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	0
4.1.4 TPFC (PcD) - Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.	18
4.1.5 - TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência.	1
4.1.6 TFAuxT (PcD)- Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência.	4
4.1.7 TFAuxC (PcD) - Quantidade de conciliadores(as) com deficiência.	Não se aplica
4.1.8 TFAuxJL (PcD)- Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência	Não se aplica
4.1.9 TFAuxSP (PcD) - Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas.	Não se aplica
4.1.10 TFAuxV (PcD)- Quantidade de voluntários(as) com deficiência.	Não se aplica
4.1.11 TFAuxApr (PcD) - Quantidade de aprendizes com deficiência.	Não se aplica

4.2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	Quantidade total
4.2.1 Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	0,36
4.2.2 Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	4
4.2.3 Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	188

4.2.4 QLibrasServ - Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.	0
4.2.5 QLibrasAux - Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.	0
4.2.6 Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	0,57
4.2.7 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.	2
4.2.8 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	2
4.2.9 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	0
4.2.10 Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	6
4.2.11 ACpi - Ações de promoção da inclusão.	12
4.2.12 QCont.Libras - Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.	0,20

4.3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	Quantidade total
4.3.1 V Acess - Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade.	198
4.3.2 MAcess - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.	129
4.3.3. A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?	Não
4.3.4 Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.	1,0

4.4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA	Quantidade total
4.4.1 O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	sim
4.4.2 O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	Sim (programa leitor de tela, outros programas)
4.4.3 O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	Sim